

Lutas ecossociais dos indígenas na América Latina

MICHAEL LÖWY*

Introdução

Seria a ecologia um “luxo” de países desenvolvidos, uma questão que diz respeito apenas à população rica do mundo industrializado? Um mínimo de atenção ao que está acontecendo nos países do Sul em geral, e na América Latina em particular, bastaria para acabar com esse lugar-comum do pensamento conformista. Assiste-se até mesmo, especialmente entre os camponeses e comunidades indígenas, a mobilizações importantes em defesa do meio ambiente, tanto mais necessárias quanto é para a periferia do sistema que são exportadas as formas de produção mais brutalmente destruidoras da natureza e da saúde das populações. Pouco importa se as mobilizações contra a poluição da água, as lutas em defesa das florestas ou as resistências às atividades nocivas das indústrias químicas se fazem ou não em nome da “ecologia” – termo que a maior parte dos atores populares engajados nesses movimentos desconhece; o essencial é que essas lutas ocorrem, e que elas tocam em questões de vida ou morte para as populações envolvidas.

Um comentário do líder indigenista peruano Hugo Blanco exprime notavelmente a significação desses combates socioecológicos:

À primeira vista, os defensores do meio ambiente ou os conservacionistas aparecem como tipos gentis, um pouco loucos, cujo principal objetivo na vida é impedir a extinção das baleias-azuis ou dos ursos pandas. O povo comum teria coisas mais

* Diretor de pesquisa no CNRS – França. E-mail: michael.lowy@orange.fr

importantes a fazer, como, por exemplo, obter seu pão cotidiano. (...) No entanto, existe no Peru grande número de pessoas que são defensoras do meio ambiente. É claro, se lhes disserem, “você são ecologistas”, elas responderão provavelmente “o que é ecologista?”. Mas, os habitantes da cidade de Ilo e dos vilarejos dos arredores, em luta contra a poluição provocada pela Southern Peru Copper Corporation, não são defensores do meio ambiente? (...) E a população da Amazônia, não é totalmente ecologista, disposta a morrer para defender suas florestas contra a depredação? Iguamente a população pobre de Lima, quando protesta contra a poluição da água. (Blanco, 1991)

As comunidades indígenas na América Latina encontram-se no centro da luta pelo meio ambiente. Não somente pelas mobilizações locais em defesa dos rios ou das florestas, contra as multinacionais petrolíferas e mineradoras, mas também propondo um modo de vida alternativo ao do capitalismo neoliberal globalizado. Essas lutas podem ser sobretudo indígenas, mas com frequência elas ocorrem em aliança com camponeses sem terra, ecologistas, socialistas, comunidades de base cristãs, com o apoio de sindicatos, de partidos de esquerda, da pastoral da terra e da pastoral indígena.

A dinâmica do capital exige a transformação em mercadoria de todos os bens comuns naturais, o que conduz, mais cedo ou mais tarde, à destruição do ambiente. As zonas petrolíferas da América Latina, abandonadas pelas multinacionais depois de anos de exploração, estão envenenadas e saqueadas, deixando uma triste herança de doenças entre os habitantes. É, portanto, perfeitamente compreensível que as populações que vivem em contato mais direto com o meio ambiente sejam as primeiras vítimas desse ecocídio, e tentem opor-se, às vezes com sucesso, à expansão destruidora do capital.

Essas resistências indígenas têm, portanto, motivações muito concretas e imediatas – salvar suas florestas, ou suas nascentes – em uma batalha pela sobrevivência. Mas elas correspondem também a um antagonismo profundo entre a cultura, o modo de vida, a espiritualidade e os valores dessas comunidades, e “o espírito do capitalismo” tal como o definiu Max Weber: a submissão de toda atividade ao cálculo do lucro, a rentabilidade como único critério, a quantificação e reificação (*Versachlichung*) de todas as relações sociais. Entre a ética indígena e o espírito do capitalismo, existe uma espécie de “afinidade negativa” – ao inverso da relação de afinidade eletiva entre ética protestante e capitalismo – uma oposição sociocultural profunda. É certo que se podem encontrar comunidades indígenas, ou mestiças, que se adaptam ao sistema, e tentam lucrar com ele. Mas não se pode senão constatar que uma série ininterrupta de conflitos caracteriza as relações entre os indígenas e as empresas agrícolas ou mineradoras capitalistas modernas. Esse conflito tem uma história antiga; é descrito admiravelmente em um dos romances mexicanos do escritor libertário B. Traven, *A Rosa Branca* (1929), que narra como uma grande empresa petrolífera norte-americana se apoderou das

terras de uma comunidade indígena, após ter assassinado seu dirigente. No entanto, ele se intensificou muito durante as últimas décadas, como resultado, ao mesmo tempo, da intensidade e da extensão da exploração do ambiente pelo capital, mas também pela ascensão do movimento altermundialista – que se apoderou desse combate – e dos movimentos indígenas do continente.

Um precedente: Chico Mendes e a Aliança dos Povos da Floresta (1986-1988)

As lutas socioecológicas dos indígenas são uma das formas daquilo que Juan-Martinez Allier chama “a ecologia dos pobres”. Entre as múltiplas manifestações dessa “ecologia dos pobres” na América Latina, uma das primeiras a ter repercussão internacional foi o combate, durante os anos 1980, de Chico Mendes e da Coalizão dos Povos da Floresta em defesa da Amazônia brasileira, contra a obra destruidora dos grandes fazendeiros e do agronegócio multinacional. Chico Mendes, que pagou com a vida sua ação pela causa dos povos amazonenses, tornou-se uma figura lendária, um herói do povo brasileiro.

A iniciativa dessa Coalizão veio dos seringueiros, camponeses que recolhem, artesanalmente, o látex da árvore da borracha amazônica. Chico Mendes, ele mesmo seringueiro, conseguiu fazer convergir o combate desses camponeses para defender a floresta, com o de outros trabalhadores que vivem da extração (castanha, juta, coco de babaçu) e sobretudo com as comunidades indígenas, ocasionando a fundação da Aliança dos Povos da Floresta. Pela primeira vez, seringueiros e indígenas, que tantas vezes se tinham enfrentado no passado, uniram suas forças contra o inimigo comum: o latifúndio, o capitalismo agrícola destruidor da floresta. Chico Mendes definiu com paixão o desafio dessa aliança:

Nunca mais um de nossos camaradas vai derramar o sangue do outro, juntos podemos defender a natureza que é o lugar onde os nossos aprenderam a viver, a criar os filhos, e a desenvolver suas capacidades, num pensamento em harmonia com a natureza, com o meio ambiente e com todos os seres que moram aqui. (Apud Krenak, 1989, p.26)

Chico Mendes tinha plena consciência da dimensão ecológica dessa luta; dava-se conta também de que o combate pela Amazônia interessava não só às populações locais, mas a toda a humanidade, que precisa da floresta tropical, o “pulmão verde do planeta”.

A solução proposta pela Aliança, uma espécie de reforma agrária adaptada às condições da Amazônia, era de inspiração socialista, na medida em que se assenta na propriedade pública da terra, e seu usufruto pelos trabalhadores. Em 1987, organizações ambientalistas norte-americanas convidaram Chico Mendes a ir testemunhar por ocasião de uma reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento; sem hesitação, ele explica que o desmatamento da Amazônia

é o resultado de projetos financiados pelos bancos internacionais. É a partir desse momento que torna-se conhecido internacionalmente, recebendo, pouco depois, o Prêmio Ecológico “Global 500” das Nações Unidas. Seu combate tornara-se um símbolo da mobilização planetária para salvar a última grande floresta tropical do mundo, e ecologistas do mundo inteiro se solidarizavam com ele. Em dezembro de 1988, Chico Mendes foi assassinado na frente de sua própria casa, por matadores de aluguel a serviço do clã de fazendeiros Alves da Silva.

O Fórum Social Mundial (FSM) de Belém, na Amazônia brasileira (2009)

Vinte anos depois da morte de Chico Mendes, o combate em defesa da floresta amazônica foi abraçado pelo conjunto do movimento altermundialista. Os movimentos indígenas latino-americanos participaram muitas vezes das iniciativas altermundialistas e dos Fóruns Sociais Mundiais que se realizavam em Porto Alegre. Mas a Conferência de Belém do Pará – uma das capitais da Amazônia brasileira –, em janeiro de 2009, foi uma verdadeira virada. Pela primeira vez, assistiu-se a uma irrupção maciça das comunidades indígenas no altermundialismo. As demandas dos indígenas e seu diagnóstico de “crise da civilização” capitalista estiveram no centro de todos os debates do Fórum. Sua palavra de ordem diante da destruição acelerada da floresta amazônica pelos exportadores de madeira, grandes fazendeiros produtores de gado ou de soja, ou pelas empresas petrolíferas era adotada pelo FSM: “Desmatamento zero já!”.

Uma assembleia geral dos delegados indígenas presentes no Fórum Social Mundial aprovou um documento importante, o “Apelo dos Povos Indígenas ao FSM de Belém diante da crise de civilização”. Esse apelo é assinado por dezenas de organizações indígenas, essencialmente das Américas (do Norte e do Sul), por proposta das organizações andinas do Peru, Equador e Bolívia – países onde a maioria da população é de origem indígena. Esse documento rompe com as respostas “progressistas dominantes, que querem valorizar e reforçar o papel do Estado e se apoiam nos planos de crescimento econômico”. Sua ambição é lutar contra a mercantilização da vida em defesa da “mãe terra” e bater-se pelos direitos coletivos, o “viver bem” e a descolonização como respostas à crise da civilização capitalista ocidental.

Durante o Fórum Social Mundial, uma declaração ecossocialista internacional referente à mudança climática, assinada por centenas de pessoas de vários países, foi distribuída aos participantes. No dia seguinte ao encerramento do FSM, reuniu-se em Belém, em 2 de fevereiro de 2009, uma Conferência Ecossocialista Internacional, com a participação de uma significativa delegação de indígenas peruanos, coordenada por Hugo Blanco, líder histórico das lutas camponesas e indígenas no Peru (ex-deputado da Assembleia Constituinte peruana), e Marcos Arana, padre associado à Teologia da Libertação e aos movimentos indígenas. Em sua intervenção, Hugo Blanco lembrou que as comunidades indígenas se

batem há vários séculos pelos mesmos objetivos que o ecossocialismo, ou seja, a organização agrícola coletiva e o respeito pela “Mãe Terra”.

Alguns exemplos de lutas locais: Peru 2008-2012

Ao se entrar no site do OCMAL, Observatório dos Conflitos Mineiros na América Latina, fica-se impressionado pela quantidade de conflitos que opõem, do México à Terra do Fogo, comunidades indígenas e/ou camponesas a companhias petrolíferas ou mineradoras diversas, geralmente multinacionais norte-americanas ou europeias.

Dois exemplos do Peru ilustram a dinâmica desses tipos de confrontos. O Peru, tal como a Bolívia e o Equador, é um dos países da América Latina cuja população, em sua maioria, tem origem indígena; no entanto, contrariamente aos dois outros países andinos, os movimentos indígenas nunca conseguiram impor uma verdadeira mudança política e fazer reconhecer suas reivindicações socioculturais. O que não impede esses movimentos de empreenderem, há dezenas de anos, combates obstinados contra as multinacionais responsáveis pelo saqueio ambiental e contra os governos que as apoiam. Dois exemplos recentes ilustram esses conflitos. Em junho de 2008, um confronto entre governo e indígenas ocorre em Bagua; as comunidades se insurgem contra os decretos do governo neoliberal de Alan Garcia, que, aplicando o acordo de livre-câmbio com os EUA, autorizava as empresas petrolíferas e exportadoras de madeira a explorar as florestas dos Andes e da Amazônia. O protesto da AIDSESEP, principal organização dos indígenas amazônicos, foi duramente reprimido por Alan Garcia, com dezenas de mortos.

Em 2011, mudança de governo, com a eleição do candidato nacionalista Ollanta Humala, que promete romper com a política neoliberal e a submissão aos interesses das multinacionais de seu predecessor. Herda deste o Projeto Conga, que permite à empresa mineira Yanacocha – de fato a multinacional norte-americana Newmont, com um inquietante passado de poluição e desprezo pelos direitos humanos em diferentes países, associada a empresas locais – explorar uma mina de ouro a céu aberto. Resultado previsível do projeto Conga: poluição – ou melhor, envenenamento – dos rios, ameaçando diretamente a sobrevivência das comunidades. Pouco a pouco, a mobilização das comunidades contra o projeto se desenvolve em torno da palavra de ordem “Sim à água, não ao ouro!”. As mulheres indígenas e camponesas ocupam o primeiro plano, organizando manifestações de dezenas de milhares de participantes, atrás de faixas que proclamam “Conga no va!”. Líderes indigenistas como Hugo Blanco ou o ex-padre liberacionista Marcos Arana – distinguido em 2004 pelo Prêmio Nacional dos Direitos Humanos no Peru, suspenso pela hierarquia da Igreja por seus engajamentos sociopolíticos – se solidarizam com esse combate e tentam divulgá-lo internacionalmente. Diante dos protestos dos indígenas – apoiados pela sociedade civil –, o governo de Ollanta Humala escolhe, a partir de 2012, a maneira violenta: repressão militar, morte de vários manifestantes, prisão do prefeito de Cajamarca, culpado de ter apoiado as comu-

nidades, ou ainda, mais recentemente, de Marcos Arana, agredido publicamente por policiais armados. Protestos internacionais, em toda a América Latina, mas também na Europa, se fazem ouvir; o Observatório dos Conflitos Mineiros na América Latina (OCMAL) denuncia o assassinato de manifestantes e a prisão de duas advogadas dos direitos humanos. O caso ilustra a lógica “extrativista” – e repressiva – dos governos peruanos de diferentes cores políticas, e a resistência obstinada dos indígenas.

O Parque Yasuni do Equador

Uma das iniciativas mais importantes dos movimentos indígenas e dos ecologistas na América Latina é o Projeto Parque Yasuni, lançado em 2007 pelo presidente (de esquerda) do Equador, Raphael Corrêa. O parque natural do Yasuni é uma vasta região de 9.820 km² de florestas virgens, de extraordinária riqueza em termos de biodiversidade – botânicos calcularam que um único hectare contém mais espécies de árvores do que todos os Estados Unidos – habitada sobretudo por comunidades indígenas e delimitada por três cidadezinhas: Ishpingo, Tambococha e Tiputini – daí a sigla ITT para designar esse conjunto. Diferentes companhias petrolíferas – entre as quais particularmente a Maxus Energy Corporation (Texas) – acharam, fazendo perfurações em Yasuni, três grandes reservas de petróleo com uma capacidade estimada em 850 milhões de barris. Os governos equatorianos anteriores tinham, nos anos 1980 e 1990, feito concessões à companhia texana, mas a resistência dos indígenas limitara os estragos. A proposta de Raphael Corrêa consiste em deixar esse petróleo no subsolo – evitando assim quatrocentos milhões de toneladas de emissões de CO₂ – em troca de uma indenização pela comunidade internacional; concretamente, os países ricos deveriam responsabilizar-se pelo equivalente à metade das receitas esperadas: aproximadamente três bilhões e meio de dólares em treze anos. O dinheiro deveria ser depositado em um Fundo gerido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e seria exclusivamente destinado a preservar a biodiversidade e a desenvolver as energias renováveis. Esse Projeto foi primeiro defendido por movimentos indígenas e ecológicos, mas somente depois da eleição de Raphael Corrêa foi implantado. Os países do Norte, que deveriam tomar medidas para restringir as emissões de gases de efeito estufa, não se interessaram muito pela proposta heterodoxa do Equador. Alguns países europeus – Espanha, Itália, Alemanha – depositaram um total de três milhões de dólares: muito aquém do pretendido! Ademais, alguns países – especialmente a Itália e a Noruega – cancelaram cem milhões de dólares da dívida externa do Equador.

Raphael Corrêa, diante desses parcos resultados, decidiu renunciar ao Projeto – e, portanto, abrir o Parque às empresas petrolíferas. As organizações indígenas, camponesas, ecologistas, ecossocialistas se opõem a esse recuo e exigem a continuação do projeto. A luta continua!

A Conferência dos Povos de Cochabamba (2010)

Por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o clima em Copenhague (2009), Evo Morales, o presidente indígena da Bolívia, foi o único chefe de governo a se solidarizar com as manifestações de protesto nas ruas da capital dinamarquesa, com a palavra de ordem “Mudemos o sistema, não o clima!”.

Em resposta ao fracasso da Conferência de Copenhague, foi convocada, por iniciativa de Evo Morales, uma Conferência dos Povos sobre a Mudança Climática, destinada a se reunir em abril de 2010 na cidade boliviana de Cochabamba – sede, no início dos anos 2000, de combates vitoriosos das populações locais contra a privatização da água (a “Guerra da Água”). Mais de vinte mil delegados do mundo inteiro participaram, mas a maioria provinha dos países andinos da América Latina, com uma representação indígena muito substancial. A resolução adotada pela Conferência, que teve considerável repercussão internacional, exprime – inclusive em sua terminologia – a temática ecológica e anticapitalista dos movimentos indígenas. Eis alguns extratos desse documento:

O sistema capitalista nos impôs uma lógica de concorrência, de progresso e de crescimento ilimitado. Esse regime de produção e de consumo é a procura do lucro sem limites, separando o ser humano do meio ambiente, estabelecendo uma lógica de dominação da natureza, convertendo tudo em mercadoria: a água, a terra, o genoma humano, as culturas ancestrais, a biodiversidade, a justiça, a ética, os direitos dos povos, a morte e a própria vida.

Sob o capitalismo, a Mãe Terra constitui apenas uma fonte de matérias-primas e no que respeita aos seres humanos, em meios de produção e em consumidores, em pessoas que importam pelo que têm e não pelo que são.

O capitalismo requer uma indústria militar poderosa para sustentar seu processo de acumulação assim como o controle de territórios e de recursos naturais, reprimindo a resistência dos povos. Trata-se de um sistema imperialista de colonização do planeta. A humanidade está diante de uma grande alternativa: continuar no caminho do capitalismo, da pilhagem e da morte, ou empreender o caminho da harmonia com a natureza e o respeito à vida.

Precisamos do estabelecimento de um novo sistema que restabeleça a harmonia com a natureza e entre os seres humanos. Não pode haver equilíbrio com a natureza se não existir equidade entre os seres humanos.

Convidamos os povos do mundo para a recuperação, a revalorização e o reforço dos conhecimentos, das práticas e saberes ancestrais dos Povos Autóctones, confirmados pela experiência e a proposta do “Viver bem”, reconhecendo a Mãe Terra

como um ser vivo, com o qual temos uma relação indivisível, interdependente, complementar e espiritual.

Pode-se criticar – como fizeram certos intelectuais de esquerda latino-americanos – o aspecto místico e confuso do conceito de “Mãe Terra” (*Pachamama* nas línguas indígenas) ou constatar – como fizeram juristas – a impossibilidade de dar uma expressão jurídica efetiva aos “direitos da Mãe Terra”. Mas seria perder de vista o essencial: a poderosa dinâmica social, radicalmente antissistêmica, que se cristalizou em torno dessas palavras de ordem. Entre os termos surgidos, durante os últimos anos, no discurso indigenista, aquele que parece ter mais ampla aceitação é o de *Kawsay Sumak*, ou *Buen vivir*: trata-se de opor ao culto capitalista do crescimento, da expansão e do “desenvolvimento” – acompanhado pela obsessão consumidora do “sempre mais” – uma concepção *qualitativa* da “boa vida”, fundamentada na satisfação das verdadeiras necessidades sociais e no respeito à natureza.

Os conceitos de “direitos da Mãe Terra” e de *Buen vivir* espalharam-se rapidamente não só nas correntes indigenistas e ecológicas, mas em todo o movimento altermundialista, e acabaram sendo integrados, por decisão dos governos progressistas da Bolívia e do Equador, na constituição desses países.

As contradições dos governos de esquerda

Muitos países da América Latina têm governos de esquerda ou de centro-esquerda; a maioria – Brasil, Uruguai, Nicarágua, El Salvador etc. – não ultrapassa os limites do *social-liberalismo*, ou seja, de uma política que permanece dentro dos limites da ortodoxia neoliberal, e favorece os interesses dos bancos, das multinacionais e do agronegócio, mas que opera, ao mesmo tempo, uma pequena redistribuição da renda em benefício das camadas mais desfavorecidas. A ecologia não é absolutamente uma prioridade para esses governos, cujo principal objetivo permanece “o crescimento” e “o desenvolvimento”. É assim que, em 2010, Marina Silva – uma amiga de Chico Mendes – pede demissão do cargo de ministra do Meio Ambiente no governo brasileiro do presidente Lula da Silva, constatando sua incapacidade de obter um mínimo de garantias para a proteção da floresta amazônica.

Alguns países, no entanto, como a Venezuela, a Bolívia e o Equador, tentaram romper com as políticas neoliberais e enfrentaram os interesses da oligarquia e das multinacionais. Todos esses governos reconhecem a importância dos desafios ecológicos, e estão dispostos a tomar medidas para proteger o ambiente. Mas os três permanecem totalmente dependentes, para seu orçamento, das entradas resultantes de energias fósseis (gás e petróleo), ou seja, combustíveis responsáveis pela mudança climática. O governo venezuelano é aquele no qual, pela ausência de uma população indígena importante, a questão se coloca pouco. É certo que, proibindo a pesca industrial – destruidora de toda a fauna marinha – em benefício

dos pescadores artesanais, o governo de Chávez tomou uma medida ecológica importante. Mas a exploração do petróleo – inclusive nas modalidades mais “su-
jas” – continua sem interrupção, e não se veem muitos esforços para desenvolver energias alternativas.

Nos dois países andinos – Bolívia e Equador –, o debate em torno da alternativa “extrativismo ou meio ambiente” está no centro dos confrontos sociais e políticos. Já mencionamos as críticas ao modelo “extrativista” do governo Corrêa. Na Bolívia, o engajamento consequente de Evo Morales a favor do combate dos povos contra a mudança climática e em defesa dos direitos da “Mãe Terra” nem sempre corresponde à prática concreta do governo boliviano, apegado a uma estratégia de desenvolvimento em que a produção de gás e a mineração ocupam um lugar importante. Recentemente, o projeto de construção de uma autoestrada que atravessava uma vasta região de florestas virgens suscitou enérgicos protestos das comunidades indígenas locais, provocando a suspensão – provisória – dessa iniciativa.

É certo que não se pode exigir de Evo Morales e de Hugo Chávez que renunciem de uma só vez às energias fósseis que são o principal recurso financeiro do país. Mas o exemplo do Parque Yasuni mostra que outra via pode ser buscada, mais conforme às demandas das comunidades indígenas ou camponesas e os discursos ecológicos desses governos.¹

Conclusão

a) As comunidades indígenas estão na linha de frente do combate em defesa da floresta virgem, dos rios, e do meio ambiente em geral, contra adversários poderosos: as multinacionais fósseis, a extração mineira, o agronegócio; b) A cultura, o modo de vida, a linguagem dos indígenas marcaram o discurso e a cultura dos movimentos sociais e ecológicos, dos Fóruns Sociais e das redes altermundialistas na América Latina; c) Os governos que se dizem de esquerda nos países de grande população indígena assumiram, em certa medida, o discurso ecológico indígena, mas continuam a praticar um modelo de desenvolvimento “extrativista”.

Referências bibliográficas

- KRENAK, Ailton. *Chico Mendes, Sindicato dos Trabalhadores de Xapuri*. Central Única dos Trabalhadores, São Paulo: 1989.
- LÖWY, Michael. Ecosocialismo e planejamento democrático. *Crítica Marxista*, n.28, 2009. p.35-50.

Documentos

BLANCO, Hugo. Entrevista ao jornal *La Republica*, Lima, 6 abr. 1991.

1 No artigo intitulado “Ecosocialismo e planejamento democrático”, publicado em *Crítica Marxista* (n.28, 2009), Michael Löwy discute a relação entre ecologia e socialismo (Löwy, 2009) (N. E.).

e Hayek. Nosso percurso aqui será o de inicialmente expor o que pensamos ser o essencial em cada um deles, para que posteriormente façamos a nossa própria reflexão sobre tais visões, indicando os pontos de contato e limites comuns das respectivas abordagens a partir de uma análise informada pelo marxismo.

Palavras-chave: Relações Internacionais, História do Pensamento Econômico, Imperialismo.

Abstract: Our aim in this article is to develop an analysis on the views of International Relations of three important authors of the economic thought in the twentieth century: Schumpeter, Keynes and Hayek. Firstly, we intend to show the essentials aspects of each author's visions. Secondly, we will expose our reflections on these visions, appointing their common grounds and limits with an analysis influenced by marxism.

Keywords: International Relations, History of Economic Thought, Imperialism.

Lutas ecossociais dos indígenas na América Latina

MICHAEL LÖWY

Resumo: As comunidades indígenas na América Latina encontram-se no centro da luta em defesa do meio ambiente. Realizam mobilizações locais em defesa dos rios e das florestas, contra as multinacionais petrolíferas e mineradoras. Elas propõem também um modo de vida alternativo ao do capitalismo neoliberal globalizado. Essas lutas são sobretudo indígenas, mas com frequência ocorrem em aliança com camponeses sem terra, ecologistas, socialistas, comunidades de base cristãs, com o apoio de sindicatos e partidos de esquerda.

Palavras-chave: ecologia, socialismo, lutas indígenas, América Latina.

Abstract: Indigenous communities in Latin America are in the center of the struggle in defense of the environment. Perform local mobilizations in defense of rivers and forests against the multinational oil and mining companies. They also propose an alternative way of life to the globalized neoliberal capitalism. These struggles are mostly indigenous but they occur often in alliance with landless peasants, environmentalists, socialists, Christian base communities, with the support of trade unions and left parties.

Keywords: ecology, socialism, indigenous struggles, Latin America.